

“Desejo do Analista”: Passe ou impasse entre os analistas?

Arlete Mourão

Reunião Lacanoamericana de Montevideú

(novembro de 2007)

Por que é tão freqüente os analistas fazerem referência ao “desejo do analista” aproximando-o do desejo de saber? “Desejo prevenido”, “desejo de obter a diferença máxima”, “desejo inédito” e “desejo de saber” são todos sinônimos de “desejo do analista”? Se existe um consenso sobre o “desejo do analista” ser o nó fundamental na condução de uma análise, há divergências sobre o que significa, de fato, esse desejo.

Particularmente, confundir o “desejo do analista” com o “desejo de saber” aponta um equívoco de perspectiva sobre esse desejo estar sendo considerado sob o ponto de vista do analista ou do analisando.

Em seu *Seminário 21, Les non-dupes errent/Les noms du Père* (1973/74), Lacan apontou claramente sobre o “desejo de saber” referir-se ao saber do Outro: “querer saber é sempre querer saber sobre o saber do Outro”. Ora, é exatamente esse saber que deve cair ao final de uma análise, no qual há a passagem de analisando para analista. O que se produz aí é a possibilidade (ou liberdade) de se suportar o não saber.

Pressupõe-se, então, que o “desejo do analista”, do lado do analista, só se constitui como tal se não tiver nada a ver com um saber. Já do lado do analisando, querer saber sobre o saber do Outro, analista, é o que sustenta sua transferência, sustentando sua análise pela via da questão: “O que ele quer?”. Assim, só nessa perspectiva, ou seja, do analisando, é que o “desejo do analista” se aproxima do “desejo de saber”.

Na perspectiva do analista, o “desejo do analista” é um dado estrutural da análise, mais precisamente, da transferência, surgindo como consequência lógica da “retificação subjetiva”, no momento em que as intervenções do analista fazem surgir o sujeito e o desejo do analisando¹. Aí, o analista é convocado no lugar do Outro do desejo, o que representa uma re-edição do contexto no qual o analisando estruturou sua subjetividade e seu desejo em função da pergunta: “O que ele quer?”. Na análise, pela

¹ Fazem surgir a “demanda de análise”.

via da transferência, a re-edição dessa pergunta é endereçada ao analista, sob a forma: “o que ele, o analista, quer?”. Essa pergunta é o “desejo do analista”, motor da análise.

Portanto, esse desejo que não tem nada a ver com o que o sujeito do analista quer ou deixa de querer², cabendo-lhe apenas a ação de manter, para o analisando, a incógnita sobre o que o Outro quer. O sujeito do analista, enquanto desejante, fica fora da análise que conduz.

As condições para um analista sustentar essa ação do “desejo do analista” devem ser buscadas naquilo que se passou no final da sua própria análise, sob duas perspectivas: a do seu “saber”, que deve ter se transformado em “não saber”, e a do seu “ser”, que deve ter se transformado em “des-ser”. Na perspectiva do não saber, o analista sustenta o lugar de Sujeito suposto Saber e, na perspectiva do não-ser, ele sustenta o lugar do semblante do objeto a. Essas duas perspectivas compõem as duas vertentes do “desejo do analista”: uma relativa ao campo do saber inconsciente (campo do desejo e do significante), e outra relativa ao campo do ser (campo do gozo e do objeto).

2.1. O “desejo do analista” e o Sujeito suposto Saber (O que o analista sabe?)

O Sujeito suposto Saber é a vertente transferencial do “desejo do analista”, tomado na dimensão do desejo do Outro, enquanto Outro do sentido, quer dizer, lugar de onde o analisando espera vir o sentido para o seu ser. O Outro³ “sabe” sobre ISSO. Esse Outro é o Sujeito suposto Saber.

Ao não ser atendida – e essa é a ação do analista nesse momento – essa demanda pode ser desdobrada na questão: “o que ele quer de mim, para que eu seja amável?”. A partir desse desdobramento, o analisando pode voltar-se para seus próprios significantes, seu saber inconsciente, entre os quais se instituiu como sujeito.

Com essa ação de frustração da demanda, o analista mantém aberta a incógnita sobre o desejo do Outro, promovendo a investigação analítica do sujeito sobre seu próprio saber inconsciente, no percurso dos significantes.

Se para o analisando, no nível do seu desejo e do seu saber inconsciente, o “desejo do analista” opera pela suposição de um saber dada ao analista (SsS), para o analista, essa atribuição de saber só se sustenta como “desejo do analista”, ou seja,

² Nem mesmo e, principalmente, desejo de “ser analista” para o analisando.

³ Colocado no lugar analista.

como abertura para o inconsciente do analisando, se o sujeito do analista pôde, na sua própria análise, destituir o Outro de seu saber – descolar seu saber do Outro. Com isso, o analista sabe que não sabe, sabe que seu Eu é de desconhecimento. Na sua análise, ele autorizou sua falta⁴, o que lhe permite manejá-la, manejando a transferência de um analisando. Há nisso um utilizar-se da “douta ignorância”, idéia expressa por Lacan em *Variantes do Tratamento Padrão* (1955), ao se referir à ação do analista de ignorar ou de esquecer o que sabe.

Na perspectiva dessa ignorância, até a idéia chavão de que o analista deve “saber escutar” é um equívoco. “Saber escutar” não diz muito sobre o que deve ser escutado, sobre o que é essa escuta. O “saber escutar” precisa ser tomado dentro da referência do significante, da palavra enquanto ato simbólico, pressupondo um sujeito que, como tal, precisa do Outro para receber sua própria mensagem de forma invertida: aquela palavra que quando diz “você é meu mestre” está dizendo “eu sou seu aluno”. No campo do significante, uma palavra sempre remete à outra e à outra e ao Outro. Elas nunca dirão a verdade do sujeito, pois os sentidos sempre escaparão. Foi nessa evidência que Lacan afirmou que o saber do analista só pode ser o sintoma de sua ignorância⁵.

Assim, “saber escutar” seria saber escutar o desejo, que é indizível, não pode ser posto em palavras, sendo instituído exatamente em função daquilo que não pode ser dito. Resta ao analista saber o que é o significante, o que é a palavra constituinte do sujeito/analisando, fazendo-o parir seus significantes mestres, no plano de suas demandas, na equivocação dos seus sentidos. A esse propósito, Lacan afirmou: “O analista é aquele que suporta a demanda, não para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes onde sua frustração ficou retida”⁶.

Ao falar sobre “o que o analista é”, Lacan introduziu-nos na questão sobre o “ser” do analista. Entramos, assim, no campo do seu “não ser”, que, na transferência, “faz de conta” que é: faz semblante do objeto a.

2.2. O “desejo do analista” e o semblante do objeto a (O que o analista é?)

Em seu texto *A direção da cura e os princípios do seu poder*, ao falar da ação do analista, Lacan colocou a questão: *como agir com seu próprio ser?* Essa é uma das

⁴ Falta a ser, falta de saber.

⁵ LACAN, J. Escritos, *Variantes do Tratamento Padrão* (1955)

⁶ LACAN, J. Escritos, *A Direção da cura e os princípios do seu poder*, pág. 618

maneiras de formular aquilo que está em jogo na ação analítica, que mais remete à análise do analista. Trata-se da sua posição de “des-ser”, de destituição subjetiva⁷, onde o sujeito pôde fazer o luto do seu narcisismo, pôde admitir que a falta está em si e não no Outro. Tendo caído a certeza sobre o seu ser⁸, caiu junto a certeza da possibilidade de “encarnação” do objeto, na sua fantasia, restando-lhe apenas um traço, uma letra (seu estilo), que não o identifica, mas o determina: como incompleto, como faltoso. O que era uma fixação fantasmática com a qual o sujeito podia manter a crença na sua plenitude, no gozo absoluto, a partir daí adquire um estatuto de liberação ou “fixão do real”⁹ e o sujeito se autoriza na falta – autoriza sua falta¹⁰ – podendo manejá-la com mais liberdade, sem “delirar”!

Essa autorização torna possível sustentar o “desejo do analista”, manobrando a transferência de forma a permitir ao sujeito/analizando equivocarse sobre sua própria plenitude, sobre a certeza ou a consistência do objeto de desejo, para o desejo do Outro – objeto com o qual se propõe como amável para o analista; objeto com o qual se identifica em seu fantasma. Destituído do seu “ser”, o analista não corre o risco de entrar como contraponto nesse fantasma do analisando, colando-se ao seu “objeto a”.

Uma vez que esse objeto é o ponto de identificação primordial do sujeito/analizando, o não atendimento da demanda¹¹, por efeito de corte, ou seja, de queda do analista no arranjo fantasmático, faz surgir com ênfase a falta do sujeito. Estes são os momentos de atos analíticos, nos quais há um descortinamento da fantasia, há um flagrante da cena, só apreendido pelo tamanho da angústia que suscita.

Lacan falou disso, em seu *Seminário II*, nos seguintes termos: “A mola fundamental da operação analítica é a manutenção da distância entre I e “a”¹², quer dizer, entre o Ideal do Eu¹³ e o objeto a¹⁴, ambos colocados transferencialmente no analista. É por isso que, na seqüência, Lacan continuou: “(...) se a transferência é o que, da pulsão, desvia a demanda, o desejo do analista é aquilo que a traz ali de volta (...). e, por essa via, ele [o analista] isola o a, o põe à maior distância possível do I, que ele, o analista, é chamado pelo sujeito a encarnar. É dessa idealização que o analista tem que

⁷ Sinônimo de “ser para a morte”, de “acefalia” ou, ainda, de “não senso” – diferentes expressões para falar da mesma posição.

⁸ Ou seja, ser o objeto que complementaria a falta do Outro.

⁹ Tal como Lacan nomeou em L’*Etourdit*.

¹⁰ Sinônimo de autorizar-se analista.

¹¹ De “ser amável”.

¹² *Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (1964), pg. 258.

¹³ Ponto em que o sujeito coloca o analista para poder se ver como Eu Ideal.

¹⁴ Ponto em que o sujeito “se vê sem se ver”: se vê causado pelo [olhar do] Outro.

tombar para ser o suporte [semblante] do *a* separador, na medida em que seu desejo lhe permite (...). “É na medida em que o “desejo do analista”, que resta em *x*, tende para o sentido exatamente contrário à identificação, que a travessia do plano da identificação é possível, pelo intermédio da separação do sujeito na experiência. A experiência do sujeito é assim reconduzida ao plano onde se pode presentificar, da realidade do inconsciente, a pulsão (...)”¹⁵. Isto é o mais além da análise.

5. O “desejo do analista” e fim da análise

Quando o “desejo do analista” consegue costurar as duas vertentes da subjetividade do analisando, a do significante (pela via do SsS) e a do objeto *a* (pela via do semblante) ou, ainda, a do seu desejo e a do seu gozo, torna-se possível um desfecho ou um destino da transferência, no sentido de uma “destituição subjetiva” para o sujeito/analisando.

Essa destituição subjetiva passa pela destituição do Outro, sendo sinônimo de uma destituição do Sujeito suposto Saber – sinônimo de que o saber do analisando descolou-se do saber do Outro, ancorando-se no próprio inconsciente do analisando. Aí, o SsS recobra seu “verdadeiro” lugar, ou seja, o inconsciente do analisando, constituindo-se como seu “saber inconsciente” – seu “saber sem sujeito –, requerendo o Outro não mais como “encarnado”, mas como alteridade estrutural da subjetividade¹⁶.

O mesmo pode ser dito acerca da dimensão do gozo, do objeto *a*, no qual a destituição subjetiva incide sobre a queda do analista, como aquele que encarna o objeto causa do desejo. De objeto causa de desejo para o analista, o analisando passa a ser, ele mesmo, causa do seu desejo; passa a ser causado por sua própria falta. Muda, assim, a relação com seu gozo, com sua forma de gozar, o que libera o sujeito para o amor, tirando-o da dimensão do embuste.

Em síntese, pode-se dizer que o desfecho da transferência depende de uma ação do analista que desemboque no equacionamento do “desejo do analista”, pela via do desejo do sujeito. À pergunta “O que ele quer?” o sujeito pode responder com seu próprio desejo.

¹⁵ Seminário 11, pág. 259.

¹⁶ Portanto, não se trata de uma “liquidação da transferência”, mas de sua transformação, de uma reversão do seu lugar.

Nessa perspectiva o sujeito pode relativizar suas identificações idealizadas, identificando-se com seu próprio traço, desfazendo-se do efeito afanisístico do saber inconsciente¹⁷. Em outras palavras, pela separação [do Outro], uma determinada alienação se desfaz. Com isso, o sujeito pode “funcionar como analista” para outro sujeito, sustentando, também ele, um “desejo de analista”.

Como conclusão, pode-se dizer que sustentar o “desejo do analista” não é simplesmente uma questão ética. É uma questão estrutural, quando aquele que a sustenta levou sua análise até o fim.

A dimensão ética dessa questão só se coloca quando a análise do analista não finalizou, ou melhor, finalizou com uma escolha pela recusa à falta, à castração – uma escolha pelo pior¹⁸.

É somente neste último caso¹⁹ que se coloca o peso do poder concedido ao analista pela transferência, pelo “desejo de saber” no lugar do “desejo do analista”, transformando o sujeito/analista em “Mestre Absoluto”.

O “desejo de saber” não pode ser sobreposto ao “desejo do analista” nem mesmo na instituição, na extensão analítica e na transmissão da Psicanálise, pois a produção analítica não surge da “busca de saber”, mas como consequência lógica da elaboração de uma experiência de falta-a-ser e de falta-de-saber. Essa elaboração transmite a falta e não o saber. Daí a asserção: a Psicanálise não se ensina, a Psicanálise se transmite.

6. O “desejo do analista” e a transmissão da Psicanálise

No nível da extensão, essa transmissão decorre de um duplo trabalho de elaboração do analista, na sua sustentação do “desejo do analista”: uma elaboração no campo do significante²⁰ e outra no campo do objeto.

No campo do significante, a elaboração significa o analista colocar em questão sua experiência de ocupar o lugar de Sujeito suposto Saber, já que ele sabe que não é sujeito (sua posição é de destituição subjetiva); sabe que não sabe sobre seu analisando (posição de douta-ignorância); sabe que esse Sujeito suposto Saber, transferido para ele, refere-se ao próprio inconsciente do analisando. Trata-se aí de uma elaboração enquanto

¹⁷ Ou seja, do S_2 .

¹⁸ Um sujeito tem a liberdade de escolher o que quer ao final de sua análise: tem a liberdade de escolher a recusa pela queda do saber, ou seja, escolher querer “saber” – escolha pelo “pior”; e, ainda escolher querer “ser”, ao invés do “des-ser”, reinstalando-se em sua alienação.

¹⁹ O qual já tivemos oportunidade de discutir, em termos de uma “saída perversa da análise”.

²⁰ Vertente interminável de uma análise, vertente de elaboração permanente da castração.

parlêtre, enquanto sujeito, fora da análise, onde está estruturalmente submetido à dimensão do significante e, portanto, inevitavelmente submetido à subversão de sua subjetividade em prol do desejo do Outro (subversão da Castração) – em prol da busca de sentidos.

A elaboração no campo do objeto significa o analista colocar em questão sua experiência enquanto ocupando o lugar de semblante de objeto para seu analisando. Ora, aí, o analista sabe que não é esse objeto, sabe que o mesmo não existe (é da ordem da falta), sabe que o gozo absoluto é impossível. Mais do que em qualquer outra dimensão, a elaboração desse lugar, um lugar de real, é imprescindível, em termos de troca e testemunho da experiência, inclusive, para o psicanalista continuar suportando esse lugar de não sentido absoluto, de queda, nas análises que conduz.

Nos dois casos – elaboração de um saber (inconsciente) e elaboração de um não saber (real) –, trata-se de um trabalho de elaboração como consequência da experiência e não como “desejo de saber”. Só é possível porque se assume o não saber, o qual convoca uma articulação com os significantes próprios da Psicanálise. Tal articulação não só produz a transmissão de um saber subjetivo (da ordem da criação de sentido), mas também a transmissão de um não saber (da ordem da invenção), garantindo o avanço da própria Psicanálise e sua natureza.

Dizer “fora do contexto da análise” significa fazer referência a um “outro lugar” que não o lugar do Outro; significa fazer referência à lógica do “entre pares”, que, paradoxalmente, é uma lógica de disparidade subjetiva²¹ apoiada na dimensão do “não todo”²². Aí, a alteridade simbólica não se encarna mais: transformou-se em uma função requerida pela fala.

Dentro dessa lógica, o estudo da Psicanálise significa uma forma de interlocução, na qual o que conta é a relatividade daquilo que se sabe; é a constatação de que o saber consciente é subvertido pelas leis do nosso inconsciente; é a certeza de que há um “outro saber” que é da ordem do “não saber” e do “poder não saber”. Isso nos impõe a ruptura de nossas identificações fálicas, convocando-nos a um exercício de castração, ou seja, de uma articulação de nossas diferenças a partir de uma escuta e não de uma “falação”.

²¹ Sobre esse assunto, ver meu texto “A lógica da disparidade subjetiva”, disponível no site de IPB.

²² Que, em termos das identificações, refere-se muito mais ao que Lacan chamou de “Identificação à Letra” ou “Identificação ao Sinthome”.

Ao nos colocarmos na posição de escuta, sustentando o “desejo do analista”, exercitamos o “não saber”, o que, paradoxalmente, convoca-nos a uma dimensão de invenção, de criatividade, de liberdade, das quais surgem elaborações novas, surgem “surpresas de saber” sobre o “não saber” – não tendo, pois, nada a ver com um “desejo de saber”.